Art. 3.º Os ananases admitidos para exportação em virtude das disposições do presente decreto serão embalados nos malotes referidos na alínea d) do artigo 7.º do decreto n.º 24:581, os quais deverão conter 16 frutos.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 9 de Julho de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIOS DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA E DA AGRICULTURA

Junta Nacional de Exportação da Frutas

. Decreto n.º 26:765

Em cumprimento do disposto no artigo 12.º do decreto-lei n.º 26:107, de 23 de Novembro de 1935;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Recipientes e processos de acondicionamento de frutas nos mercados abastecedores

Artigo 1.º As embalagens de frutas admitidas nos mercados abastecedores deverão obedecer às seguintes características:

a) Tipos previstos para a exportação, segundo as disposições regulamentares que lhes dizem respeito.

7.	A	
A)	(!SetAe	
v,	Cêstos	•

•				
1.º Cêsto n.º 1 (tipo Fundão):				
Comprimento	80			
2.º Cêsto n.º 2 (tipo Barcelos):				
Comprimento. 0 ^m ,50 Largura. 0 ^m ,40 Altura. 0 ^m ,25	0			
3.º Cesto n.º 3 (tipo Colares);				
Comprimento. 0 ^m ,60 Largura. 0 ^m ,30 Altura. 0 ^m ,25	00			
4.º Cesto n.º 4 (tipo Moita):				
Comprimento	00			
5.º Cêsto cónico (tipo Colares):				
Comprimento	60			
6.º Cesto cilíndrico de vime:				
Diâmetro exterior 0 ^m ,44 Altura máxima 0 ^m ,27 Profundidade 0 ^m ,22	0			

7.º Cêsto de fundo quadrado e bôca circular:	
Diâmetro exterior da bôca Lado do quadrado do fundo	0 ^m ,440 0 ^m ,270 0 ^m ,270
8.º Cêsto de fundo e bôca quadrados:	
Lado do quadrado da bôca e do fundo Altura	0 ^m ,440 0 ^m ,270
9.º Cêsto de fundo e bôca rectangulares:	
Lado maior da bôca e do fundo Lado menor da bôca e do fundo Altura	0 ^m ,660 0 ^m ,440 0 ^m ,270
10.º Cêsto rectangular com asa:	
Lado maior da bôca e do fundo Lado menor da bôca e do fundo ; Altura	0 ^m ,300 0 ^m ,220 0 ^m ,270
11.º Cabazes de madeira ou de cartão para o pêso líquido de 1, 1 ½, 2 e 3 quilologramas.	
12.º Açafates para 1/2 e 1 quilograma de	

c) Caixas:

Comprimento. 0°,600 0m,400 Largura.... Altura .

Art. 2.º São permitidas embalagens de luxo para fru-

pêso líquido.

tas de superior qualidade. Art. 3.º Por despacho do Ministro do Comércio e Indústria, sôbre proposta da Junta Nacional de Exportação de Frutas, poderão ser adoptados novos tipos de embalagens ou eliminados aqueles em que posteriormente se verifiquem inconvenientes para a hoa apresentação e conservação dos produtos.

Art. 4.º As frutas à venda nos mercados por grosso e a retalho deverão ser de tamanho uniforme, da mesma espécie e variedade em cada tara e isentas de traumatismos ou doenças que afectem sensivelmente o seu

Art. 5.º O acondicionamento das frutas nas taras far-se-á segundo as normas seguintes:

a) Nas taras admitidas para a exportação, conforme

os regulamentos em vigor; b) Nas outras taras, regularmente dispostas em cada

camada. As taras deverão ser revestidas internamente

de papel branco.

valor.

Art. 6.º Os recipientes que contenham frutas deverão ser acompanhados de uma etiqueta com a indicação da quantidade, pêso líquido ou número de frutos, nome do produtor e local da produção e nome do mandatário a que se destinam. Quando o produtor o deseje, a etiqueta deverá indicar também o preço mínimo de venda, que deverá ser confirmado por carta dirigida ao mandatário.

§ único. Admitir-se-á em cada tara uma tolerância de

5 por cento em pêso e número.

Art. 7.º As frutas destinadas à venda a pêso serão pesadas antes da venda, caso o comprador o exija.

Art. 8.º Não é permitida a venda a retalho, nos mercados, lojas e por vendedores ambulantes, de frutas doentes, mal seleccionadas e deficientemente acondicionadas.

Art. 9.º É obrigatório o uso de papel branco limpo no forro das taras e na separação das frutas expostas à venda a retalho nos mercados ou lojas e pelos vendedores ambulantes.

Art. 10.º O embrulhamento das frutas vendidas ao consumidor será feito unicamente em papel branco limpo ou em sacos novos de papel.

Art. 11.º Por despacho do Ministro do Comércio e Indústria serão fixados os locais para onde se fará o despacho ou o desembarque das frutas que se destinem aos mercados abastecedores.

Art. 12.º A responsabilidade dos produtores ou dos comerciantes de frutas pela falta de cumprimento das disposições dêste decreto, e que lhes possa acarretar o

pagamento de qualquer multa, é transferida para os mandatários, quando a venda seja realizada por seu intermédio, ficando a cargo dos mandatários fresponsáveis o pagamento dessas multas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contem.

Paços do Governo da República, 9 de Julho de 1936.—António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.